



Jonas Pereira/Agência Senado



Renan Calheiros preside sessão conjunta na Câmara: polêmica domina debates

## Congresso se reúne às 12h para votar mudança no superávit fiscal

Em sessão ontem marcada por novo embate entre governo e oposição, parlamentares analisaram 38 vetos. Um deles se refere a novas regras para criação de municípios

O Congresso Nacional faz sessão hoje, às 12h, no Plenário da Câmara dos Deputados, para votar o projeto do governo que flexibiliza a meta do superávit fiscal na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014. A proposta permite o abatimento, para cálculo do superávit, dos gastos com

desonerações e com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ontem, em meio a intenso debate sobre o projeto entre base do governo e oposição, senadores e deputados analisaram 38 vetos presidenciais. Entre eles, o projeto que define novas regras para a criação de municípios. A apuração termina hoje. **3**

### Produção de energia solar poderá ter isenção fiscal

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem, em decisão final, a desoneração de impostos sobre a importação de equipamentos e componentes para a geração de eletricidade a partir da energia solar. O projeto isenta esses produtos, desde que não haja similar nacional. O texto vai diretamente para votação na Câmara dos Deputados. **7**

Olívio Nogueira



Energia elétrica a partir de usinas de energia solar ainda é incipiente no país

### Seminário avalia importância da 1ª infância para a vida adulta **4**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Comissão de Assuntos Sociais debateu mandato classista para servidor

### Licença classista paga pelo governo tem apoio de sindicatos

Sindicatos defendem solicitação de servidores públicos federais sobre afastamento remunerado para exercer mandato clas-

sista, conforme o tamanho da entidade representativa. Hoje licença é sem vencimento e salário é bancado pelo próprio sindicato. **8**

### Vai a Plenário projeto sobre compensação da Lei Kandir

Projeto que apresenta critérios para a compensação aos estados pela perda de arrecadação com a desoneração da Lei Kandir foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos. O texto

segue agora para o Plenário. Lei, sancionada em 1996, promoveu a desoneração de produtos primários e semielaborados para exportação. Até hoje governo federal não pagou dívida com estados. **5**

Proposta define prazo de até 30 dias para pagamento de seguros **6**

Trinta anos da União Europeia no Brasil são lembrados pelo Senado **7**

Avança nova alíquota para o ICMS de pequenas empresas **7**

Texto aprovado viabiliza pagamento de piso salarial de professores **8**

Medida provisória sobre nova Lei das ONGs será tema de debate hoje **6**

## NOVEMBRO AZUL: TROQUE O PRECONCEITO PELA PREVENÇÃO

O câncer de próstata é a segunda causa de morte entre os homens no Brasil, atrás apenas das doenças cardíacas. Por isso o Congresso Nacional apoia e participa do Novembro Azul - campanha mundial de conscientização dos homens para a necessidade da prevenção à doença. O exame de próstata não tira a masculinidade de ninguém e o diagnóstico precoce aumenta muito as chances de cura. Troque o preconceito pela prevenção e viva com mais saúde.

# Comissões mistas poderão ter emendas ao Orçamento

Mesa do Senado aprovou projeto que permite aos colegiados apresentar emendas ao Plano Plurianual, à Lei Orçamentária Anual e à LDO. Também foi acatada mudança na regra para requerimento de voto de aplauso

AS COMISSÕES MISTAS permanentes, compostas por deputados e senadores, poderão ter a prerrogativa de apresentar emendas aos projetos de Plano Plurianual (PPA), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Projeto de resolução do Congresso (PRN 6/2013) com esse objetivo foi aprovado ontem pela Mesa do Senado. Hoje, esse direito é limitado às comissões permanentes do Senado e da Câmara.

O texto prevê que as comissões mistas permanentes constantes da resolução poderão apresentar emendas relacionadas com matérias abrangidas por suas competências regimentais. Também é definido o número de emendas por comissão, de forma parecida com o que já ocorre nos colegiados permanentes de ambas as Casas.

A iniciativa da proposta é do deputado Alfredo Kaefer (PSDB-PR) e do senador licenciado Alvaro Dias (PSDB-PR). O relator na Mesa do Senado, senador Romero Jucá (PMDB-RR), fez alguns ajustes no texto,

recomendendo a aprovação.

A Mesa também aprovou regras mais flexíveis para a apresentação de requerimentos de votos de aplauso, congratulações, louvor, solidariedade ou censura. Atualmente, o Regimento do Senado exige que esse tipo de requerimento seja motivado apenas por atos ou fatos de “alta significação nacional ou internacional”.

A iniciativa partiu do presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), que apresentou projeto de resolução (PRS 20/2014) para alterar a regulamentação. No parecer favorável

à proposta, o relator, Romero Jucá, lembrou que o projeto apenas normatiza uma prática da Casa.

A nova regra também simplifica o processo de tramitação desses requerimentos, que hoje precisam de parecer prévio da CCJ ou da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para serem encaminhados. Isso passará a acontecer logo após a leitura e a aprovação pelo Plenário do Senado. Porém, se forem motivados por atos ou acontecimentos de alta significação nacional ou internacional, precisarão ser endossados por um terço dos senadores.



Alvaro Dias defende que comissões mistas apresentem emendas ao Orçamento

## Vanessa quer pena maior para feminicídio

Ao falar sobre o Dia Mundial da Não Violência contra a Mulher, comemorado ontem, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que é preciso endurecer a pena contra os agressores que matam mulheres no país. Em missão oficial no Vietnã, a procuradora da Mulher no Senado defendeu a aprovação do PLS 292/2013, que altera o Código Penal, tornando o assassinato de mulher por razões de gênero (feminicídio) crime hediondo.

Segundo o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* de 2014, no ano passado foram mortas nessa condição 4.580 mulheres no país — a média anual é de 5 mil mortes.

Informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) apontam que, entre 2001 e 2011, aproximada-

mente 50 mil feminicídios ocorreram no Brasil.

— São dados alarmantes. O Brasil está muito atrasado do ponto de vista da nossa legislação — disse.

Segundo ela, países latino-americanos e caribenhos como Costa Rica, Guatemala, El Salvador, Nicarágua, México, Panamá, Venezuela, Honduras, Bolívia, Colômbia,

Argentina, Chile, Peru e Equador já têm o feminicídio em seu ordenamento jurídico.

Na avaliação de Vanessa Grazziotin, a mudança da legislação vai retirar o crime da invisibilidade, além de reduzir a impunidade e estimular a implementação de políticas públicas e programas de proteção à mulher, entre outros benefícios.



Para Vanessa, mudança na lei reduzirá a impunidade nos crimes contra a mulher

## Aprovado Prêmio Jovem Empreendedor

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem a criação do Prêmio Jovem Empreendedor, a ser concedido anualmente pelo Senado a estudantes e jovens empreendedores. Também poderá ser agraciada uma entidade que tenha se destacado

no âmbito da iniciativa privada ou por trabalho relacionado ao empreendedorismo. A criação do prêmio é prevista no Projeto de Resolução do Senado (PRS) 14/2014, de José Agripino (DEM-RN).

Em relatório favorável à proposta, o senador Valdir

Raupp (PMDB-RO) considerou necessário dar maior visibilidade e valorização social aos empreendedores, “agentes econômicos que atuam como desbravadores de novos caminhos no setor produtivo”. O texto ainda será analisado pela Comissão Diretora do Senado.

## Senado deve ganhar Espaço do Ciclista para servidores

A Comissão Diretora do Senado aprovou ontem a criação do Espaço do Ciclista, local de apoio aos funcionários que utilizam a bicicleta como meio de transporte. A decisão atende demanda dos servidores.

De acordo com o projeto (PRS 19/2014), apresentado pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), o local deverá ter vestiário com chuveiros e armários, além de bicicletário.

— O Senado, como a maioria das instituições públicas, há muito necessita de um espaço que atenda os ciclistas, pois medida dessa natureza alinha-se à tendência de incentivo ao transporte saudável, não poluente, de baixo custo, inserido na política de mobilidade urbana — defendeu.

O relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), recomendou a aprovação do projeto.

## Posse de Dilma Rousseff terá credenciamento especial

Para viabilizar o acesso de jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas ao Congresso para cobertura da posse presidencial, em 1º de janeiro, será feito um credenciamento específico. As credenciais atualmente em vigor não poderão ser usadas

para cobertura do evento, e as especiais devem ser solicitadas até 10 de dezembro. Foi criado *hotsite* (<http://bit.ly/posse2015>) com link na página do Senado que disponibiliza o formulário de credenciamento e informações adicionais.

### CORREÇÃO

Está prevista para hoje a reunião da Comissão Mista de Orçamento para avaliar recomendação do TCU de paralisação de obras, e não para ontem, como foi publicado ontem na página 3.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### PLENÁRIO Sessão deliberativa

**14h** Entre os projetos na pauta da sessão deliberativa, está o PLS 256/2005, que disciplina o uso de armas não letais por agentes de segurança.

#### PRESIDÊNCIA Sessão do Congresso

**11h** Renan recebe o ministro da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos. Em seguida, recebe o ministro Aroldo Cedraz, do TCU, e, às 12h, os presidentes dos TRTs de Alagoas, Rondônia e Goiás. Às 12h, preside sessão do Congresso e, às 16h, a ordem do dia do Senado. Às 18h30, participa do 17º Congresso Brasileiro de Direito Constitucional.

#### CONGRESSO Superávit

**12h** Sessão conjunta avalia mudança no cálculo do superávit e projetos de liberação de recursos extraordinários.

#### CDR Albergues

**9h** Análise dos PLSs 511/2011, que inclui albergues na Lei Geral do Turismo, e 66/2014, que flexibiliza limite de faixas não edificáveis em rodovias e ferrovias.

#### CAS Atendimento especializado

**9h** A comissão avalia emendas da Câmara ao PLS 295/2013, sobre atendimento no SUS às vítimas de violência doméstica.

#### CCJ Demitidos da Caixa

**10h** Discussão do projeto que dispõe sobre a reintegração no emprego de funcionários da Caixa (PLS 76/2007).

#### CMO Obras irregulares

**10h** A Comissão de Orçamento discute indícios de irregularidades apontados pelo Tribunal de Contas da União em obras constantes do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015. O colegiado se reúne novamente às 14h30 e às 18h.

#### CE/CAS/CDH Primeira infância

**10h** Audiência conjunta discute os aportes da neurociência à compreensão do desenvolvimento infantil. O evento integra a programação da 7ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz.

#### CMCLE Terras indígenas

**14h** Comissão Mista de Consolidação de Leis vota relatórios sobre demarcação de terras indígenas e defesa do usuário de serviços públicos.

#### CE/CCT Competição WorldSkills

**14h** Comissões debatem “A importância da realização da WorldSkills e a contribuição do Sistema S ao ensino profissional”.

#### CPMI DA PETROBRAS Depoimentos

**14h30** Oitiva do ex-gerente para a Refinaria Abreu e Lima, Glauco Legati, e da diretora-geral da ANP, Magda Chambriard.

#### MP Marco legal das ONGs

**14h30** A comissão mista sobre a MP que adia para julho de 2015 a entrada em vigor do Marco Legal das ONGs ouve o ministro Jorge Hage (Controladoria-Geral da União) e Vera Masagão (Abong).

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

# Congresso tenta votar hoje mudança no superávit

Em sessão tensa, parlamentares limpam a pauta ao analisar 38 vetos a projetos de lei. Reunião para examinar projeto polêmico que muda resultado fiscal começa às 12h

O CONGRESSO NACIONAL faz sessão hoje, a partir das 12h, no Plenário da Câmara dos Deputados, para votar o projeto do governo que flexibiliza, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014, a meta do superávit primário deste ano (PLN 36/2014).

Também na pauta estarão vários projetos de lei que abrem créditos adicionais a diversos órgãos públicos. Inicialmente o presidente do Senado, Renan Calheiros, tinha anunciado a sessão para as 19h, mas alterou o horário após entendimentos entre deputados e senadores.

Ontem, durante sessão conjunta do Congresso para analisar vetos presidenciais, o que limpou a pauta para análise da mudança do superávit, parlamentares da oposição aproveitaram os debates para reafirmarem críticas.

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) disse que o papel fiscalizador do Legislativo é uma das mais importantes prerrogativas do Parlamento. Para ele, discutir e aprovar o Orçamento da União e fiscalizar as ações do governo federal são as maiores responsabilidades do Congresso.

— Está sendo tirado do Congresso o poder de fiscalizar, de cobrar do governo, fazer com que a legislação seja efetivamente cumprida. Se for perpetrada mais essa violência, iremos ao STF com uma Adin [ação direta de inconstitucionalidade], para não permitir que a irrespon-

sabilidade seja premiada. O Brasil deixou de ser um país confiável — afirmou Aécio.

Já Gleisi Hoffmann (PT-PR) defendeu o projeto do Executivo. Para ela, a meta de resultado primário das contas públicas não é “um fim em si mesmo”.

— Não é isso que a LRF fala. Ela fala que nós temos que ter a meta de resultado, que pode ser superavitário ou não, e que podemos alterar essa meta ao longo do exercício. Temos que utilizar o resultado primário como instrumento para ajudar o país a se desenvolver. Temos equilíbrio da dívida e dos principais indicadores fiscais de macroeconomia, por que vamos obrigar, numa situação de crise internacional, o país a fazer uma economia que agora não é necessária e jogá-lo numa recessão? É não ter responsabilidade com as pessoas — opinou a senadora.

## Guerra jurídica

O líder do PSDB na Câmara, deputado Antonio Imbassahy (BA), também disse que o partido vai travar uma guerra jurídica contra o PLN 36. O partido já acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) ontem com um mandado de segurança para trancar a tramitação do projeto no Congresso.

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) revelou a intenção das lideranças de oposição em obstruir a votação. Os tucanos também prometeram levar o caso à Justiça.

— É um projeto que a pre-



Ao lado de Renan Calheiros (C), o relator do projeto de superávit, Romero Jucá, fala a deputados e senadores na sessão

sidente está enfiando goela abaixo dos parlamentares para se eximir de cumprir a meta de 2014, para que o Congresso lhe dê um aval antecipado para o descumprimento da lei — disse Aloysio.

Para o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), foi expressa a vontade da maioria no Congresso e também respeitado o direito da minoria.

— Esta é a 11ª sessão convocada para debater e tentar votar esses vetos e agora é que eles vêm questionar o processo de votação? Durante toda a sessão, as questões de ordem foram apresentadas e respondidas. Se, porventura, o autor não aquiesceu com a decisão da Mesa, ele tem todo o direito de recorrer — argumentou Braga.

## Apuração da análise de 38 vetos termina pela manhã

Na sessão de ontem, o Congresso conseguiu o mínimo necessário de 41 votos dos senadores e 257 votos dos deputados para concluir a análise de 38 vetos da presidente Dilma Rousseff a projetos de lei aprovados pelos parlamentares. A apuração deve terminar hoje e será divulgada no início da manhã.

As urnas com as cédulas foram lacradas e encaminhadas para apuração pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado (Prodasen). Um grupo de parlamentares foi indicado para compor a comissão que vai acompanhar a contagem e a verificação dos votos.

Foram mais de seis horas de discussão e votação, com forte embate entre a base governista e a oposição. Entre os vetos analisados, um dos mais polêmicos é o que rejeitou integralmente as novas regras para a criação de municípios (PLS 104/2014 — Complementar). Originado no Senado e aprovado definitivamente em agosto, o projeto foi uma segunda tentativa de regular o tema, após proposta anterior também ter sido vetada pela Presidência da República. Mais uma vez, vários parlamentares pediram a derrubada do veto.

Deputados e senadores decidiram também sobre o veto total que sofreu o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 78/2014, que alterava a Lei 12.030/2009 para incluir os papiloscopistas entre os peritos oficiais.

Na sessão, marcada por muita polêmica, parlamentares de oposição reclamaram dos ritos usados pelo presidente do Congresso, Renan Calheiros. Questões de ordem e críticas ao governo também foram recorrentes nas falas da oposição. Renan disse que tem buscado ter paciência na condução das sessões do Congresso, destacando que Senado e Câmara estão em um processo de aprendizado na apreciação de vetos. O senador apontou que houve avanços na questão nos últimos anos.

O anúncio de Renan de que a votação seria feita por cédulas, nas quais cada parlamentar assinala o voto a favor ou contra, foi criticada pela oposição, que exigiu a votação nominal de cada um dos vetos.

Todos os vetos precisavam ser votados para limpar a pauta antes da análise do PLN 36/2014, que trata da mudança no cálculo da meta fiscal do governo.

## Não há alternativa ao ajuste, diz Renan

Na prática, o PLN 36/2014 retira da LDO o teto de abatimento da meta de superávit, originalmente estabelecida em R\$ 116,1 bilhões. A regra atual diz que o governo pode abater R\$ 67 bilhões da meta, com base nos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e das desonerações tributárias destinadas a estimular setores da produção, principalmente o automobilístico.

O texto do projeto não es-

tabelece um teto, abrindo a possibilidade de o governo abater da meta até o total do PAC mais as desonerações, que já passaram de R\$ 120 bilhões. Com isso, o Executivo poderá manejar o superávit.

O governo já anunciou que pretende obter um superávit primário de pelo menos R\$ 10,1 bilhões em 2014 — já considerando a mudança na regra, que precisa ser confirmada pelo Plenário do Congresso. O relator do projeto, senador

Romero Jucá (PMDB-RR), substituiu a expressão “meta de superávit”, da proposta original, por “meta de resultado”, já que não se sabe se o governo fechará o ano com déficit ou superávit.

Para Renan, não há alternativa ao ajuste.

— Estamos chegando ao final do ano. O Congresso não tem alternativa ao ajuste. Não podemos faltar com o Brasil. Então é fundamental que nós votemos isso logo — afirmou.

## Vital é indicado para o TCU

Durante a sessão do Congresso, Renan anunciou que foi encerrado o prazo para a inscrição de nomes indicados para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). O nome do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) foi o único inscrito para a vaga do ministro José Jorge, obrigado a se aposentar porque comple-

tou 70 anos no dia 18.

O presidente do Senado anunciou que a indicação de Vital será submetida à análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Se aprovada, ainda terá de passar pela análise do Plenário. O TCU é um órgão de controle externo, auxiliar do Congresso Nacional.



Vital do Rêgo poderá substituir o ministro José Jorge, que se aposentou



Parlamentares de oposição reclamaram dos ritos na sessão e criticaram o governo

# Crivella: cuidar da primeira infância reduz violência

Na abertura da sétima edição da Semana de Valorização da Primeira Infância, Marcelo Crivella destacou a importância dos cuidados com as crianças de zero a 6 anos na formação de cidadãos

O SENADOR MARCELO Crivella (PRB-RJ) disse ontem que cuidar da primeira infância é essencial para quebrar o ciclo de violência na sociedade brasileira. Na abertura da sétima edição da Semana de Valorização da Primeira Infância, promovida pelo Senado, ele lembrou que o Brasil tem hoje 500 mil pessoas cumprindo pena em presídios. E lamentou que a maioria desses adultos tenha sofrido maus-tratos nos primeiros anos de vida.

— Se a gente quer uma futura geração no Brasil que não cometa crime e que não reincida, tenhamos um cuidado especial para com a primeira infância. Todos sabemos que, desde o útero da mãe, vai se formando a personalidade, o caráter, a intuição do cidadão — afirmou.

O coordenador do Plano Nacional pela Primeira Infância, Vital Didonet, destacou o im-

pacto positivo da jornada para a sociedade e, em particular, para o Parlamento brasileiro.

— A tendência é que a gente pense economia, reforma política, e não enxergue os anos iniciais da vida como aqueles mais decisivos e mais fundamentais para a formação da personalidade humana, para a constituição do sujeito, para a formação do cidadão — disse.

De acordo com a presidente da Comissão da Primeira Infância e Cultura da Paz do Senado, Lisle Heusi de Lucena, profissionais e estudantes das áreas de assistência social, educação e saúde precisam receber mais conhecimento científico sobre o desenvolvimento mental das crianças.

— Estudos científicos ajudam a compreender a primeira infância. Para a formação mental das crianças de zero a 6 anos, é necessário estímulo e interação, principalmente com

os pais, pois as orientações sobre o comportamento, nesse período, vão refletir na formação de cada cidadão — disse.

Segundo o pediatra e neonatologista Laurista Corrêa Filho, a primeira infância é o período mais importante da vida para a construção do indivíduo.

— É preciso desenvolver, crescer e amadurecer. O ambiente de convivência influencia a formação cerebral no espaço inicial de vida — disse.

O evento, que este ano tem como tema “Neurociências e educação na primeira infância: progressos e obstáculos”, visa discutir a importância da fase que vai do nascimento aos 6 anos para o desenvolvimento e a integração social das pessoas ao longo da vida. O seminário ocorre até amanhã, em Brasília, e na sexta-feira, no Rio.

Programação do seminário:  
<http://bit.ly/programacaoinfancia>



José Cruz/Agência Senado

Prêmios esquecidos por ganhadores da loteria poderão financiar saúde pública

## Fundo para saúde pode receber dinheiro não reclamado de loterias

Os recursos de prêmios não reclamados das loterias federais administradas pela Caixa Econômica Federal (CEF) podem sair do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para integrar o Fundo Nacional de Saúde (FNS). A proposta está no Projeto de Lei do Senado (PLS) 313/2011, do senador Paulo Davim (PV-RN). O texto está na pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Os prêmios da loteria prescrevem em 90 dias se não forem retirados pelos ganhadores. De acordo com a Lei 10.260/2001, que rege o Fies, 30% da renda líquida das loterias administradas pela Caixa constituem receitas do fundo educacional, assim como os prêmios não procurados dentro do prazo. O projeto de Davim retira do Fies apenas o dinheiro dos prêmios

não reclamados.

Relatora da proposta na comissão, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirma que a iniciativa de Paulo Davim tem o mérito de buscar ampliar os recursos à disposição do Sistema Único de Saúde (SUS).

Depois de votado no colegiado, o projeto ainda irá ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde terá decisão final.

A proposta deverá alterar, além da Lei do Fies, o Decreto-Lei 204/1967, que disciplina a exploração das loterias; a Lei 8.080/1990, que regulamenta os serviços de saúde; e a Lei 9.615/1998, conhecida como Lei Pelé. A relatora apresentou apenas uma emenda de redação e optou por manter o texto do substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

## Luiz Henrique representa o Senado em evento no Marrocos

Representando o Senado, Luiz Henrique (PMDB-SC) foi um dos principais oradores do encontro empresarial Brasil-Marrocos, que reúne naquele país líderes empresariais e autoridades brasileiras e marroquinas na busca de negócios bilaterais com o estado de Santa Catarina.

No encontro, Luiz Henrique destacou as excelentes oportunidades que um dos principais terminais marítimos do mundo — o Tanger Med, no Marrocos — oferece como porta de entrada dos produtos de Santa Catarina para a Europa, os Estados Unidos e os países emergentes da Ásia.

Aos empresários marroquinos, o senador ressaltou o potencial da indústria, do comércio e dos serviços de

Santa Catarina. E enfatizou que os produtos catarinenses poderão ser exportados através dos modernos portos de Itapoá e Navegantes para o Tanger Med e, dali, alcançar os mercados mundiais.

Do evento participaram também o ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, e o presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), Glauco Corte.

Na busca de investidores, o Marrocos vem utilizando o Tanger Med como acesso aos mercados com os quais possui acordos comerciais. A 14 quilômetros da Espanha e um dos principais pontos de transbordo no Mediterrâneo, o porto tem ligação com 127 terminais em 57 países.



Edsondo Lopes/Imagem Paulista

No Marrocos, Luiz Henrique destacou as oportunidades de negócios com SC



Genildo Mergulhão/Agência Senado

Marcelo Crivella discursa na cerimônia de abertura da 7ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz

## Comissões discutem torneio de educação

A WorldSkills Competition 2015, maior torneio de educação profissional do mundo, será tema de audiência pública conjunta da Comissão de Educação (CE) e da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) hoje, às 14h. Promovida a cada dois anos, a competição tem como objetivo intensificar o intercâmbio entre jovens profissionais de

várias regiões do mundo.

Promovida pela International Vocational Training Organization (IVTO) desde 1950, em cada edição a WorldSkills reúne os melhores alunos do ensino profissionalizante de mais de 60 países das Américas, Europa, Ásia e África. Na competição, eles precisam demonstrar habilidades técnicas, individuais e coletivas

para executar as tarefas de sua profissão dentro de padrões internacionais de qualidade. A edição de 2015 está programada para acontecer no Pavilhão do Anhembi, em São Paulo, entre 11 e 16 de agosto.

Autor de um dos requerimentos para realização da audiência, o presidente da CE, Cyro Miranda (PSDB-GO), diz que a competição pode despertar nos jovens brasileiros o interesse pelo ensino técnico.

Para o debate foram convidados o presidente da WorldSkills International, Simon Bartley, e seu diretor-executivo, David Hoey, que estarão no Brasil; o diretor-geral do Senai, Rafael Lucchesi; e o diretor de Integração das Redes de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (MEC), Marcelo Machado Feres; entre outros especialistas.



Brian Thompson

A edição de 2015 do torneio educacional ocorrerá em SP entre 11 e 16 de agosto

# Avança compensação por perdas da Lei Kandir

Lei de 1996 previa a desoneração de produtos para a exportação e hoje contabiliza perdas estimadas em R\$ 18 bilhões por ano. Projeto será votado no Plenário do Senado

OS ESTADOS ESTÃO mais próximos de receber a compensação dos efeitos da Lei Kandir, que promoveu a desoneração de produtos primários e semielaborados para exportação, em 1996. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 312/2013, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), apresenta critérios para a compensação aos estados pela perda de arrecadação com a desoneração. De autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), a proposta será agora votada pelo Plenário do Senado.

O texto acolhido pela comissão é um substitutivo do relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), e atribui ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), em conjunto com o Ministério da Fazenda, o cálculo e a divulgação dos totais que cabem a cada estado e ao Distrito Federal (DF).



Senador Eduardo Suplicy (em pé) cumprimenta os senadores Lindbergh Farias (E) e Luiz Henrique (D) em reunião da CAE

A proposta prevê, inclusive, a possibilidade de recurso por parte de alguma unidade federativa insatisfeita com o resultado. O conselho, que reúne os secretários estaduais de Fazenda, terá prazo de dez dias para julgar eventuais recursos. Já a transferência para

os estados e o DF será feita em 12 parcelas mensais. Um quarto dos respectivos valores é reservado aos municípios, conforme o projeto.

A compensação é prevista no artigo 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, cuja regulamentação é

pretendida no projeto de Simon. Na avaliação do senador, o governo federal está dando sinais claros de que se exime do compromisso de regulamentar o dispositivo constitucional, passo fundamental para que a norma seja aplicada.

Por essa razão, segundo ele,

os valores relativos à compensação dos efeitos da Lei Kandir (Lei Complementar 87/1996) resultam de negociações anuais e não cobrem nem um terço da perda calculada pelos especialistas. Simon informa que os valores históricos do ressarcimento, nos últimos anos, estacionaram em pouco mais de R\$ 5 bilhões, diante de perdas estimadas em R\$ 18 bilhões por ano.

Para evitar que a compensação fique na dependência de entendimentos com o Executivo, o substitutivo obriga a inclusão do montante na proposta de Orçamento da União, enviada anualmente pelo governo ao Congresso. O texto de Suplicy acrescentou, na compensação aos estados e ao DF, os créditos de ICMS decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente das empresas beneficiárias da Lei Kandir.

## Adiada votação de projetos sobre guerra fiscal e banda larga

A pedido do relator, senador Luiz Henrique (PMDB-SC), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) adiou para 2 de dezembro a deliberação sobre 14 emendas de Plenário apresentadas ao projeto de convalidação dos incentivos concedidos na guerra fiscal entre os estados (PLS 130/2014).

Luiz Henrique anunciou que, nesta semana, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) fará reunião para discutir com os secretários estaduais de Fazenda um acordo negociado por ele com os senadores e representantes do Confaz para viabilizar a convalidação dos benefícios.

Em razão de pedido de vista coletiva, também foi adiada para a próxima

semana a votação do teto de 10% para a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) relativo ao acesso à internet em banda larga.

O objetivo do Projeto de Resolução do Senado (PRS) 15/2014, da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), é reduzir o preço e tornar possível a um maior número de pessoas o acesso ao serviço.

O projeto incentiva a melhoria e a economicidade do acesso ao estabelecer a obrigação da operadora de assegurar velocidade nominal igual ou superior a 5 megabytes por segundo (Mbps) e cobrar tarifa mensal de menos de R\$ 40 para poder se credenciar à alíquota de 10%.

Se a velocidade nominal for igual ou superior a 10 Mbps, não é necessário obedecer ao limite de R\$ 40.

Além da redução de tarifa, Gleisi Hoffmann prevê, com a implantação da medida, um aumento de até 2 milhões de assinaturas de banda larga fixa — um adicional equivalente a 9,5% em relação aos números atuais.

Conforme o relator da proposta, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), o crescimento contribui para satisfazer a demanda da “nova classe média” — que, segundo ele, está “ávida por novos serviços com qualidade e preços módicos”, a exemplo da internet em banda larga.

Para Gleisi, o projeto corrige uma

distorção: a diferença de alíquotas de ICMS que incide sobre a banda larga em cada estado tem estabelecido vantagens competitivas e benefícios exclusivos para empresas e cidadãos de algumas unidades federativas, em detrimento de outras.

Ao justificar o pedido de vista, o senador Cyro Miranda (PSDB-GO) afirmou que o projeto produzirá impacto nas finanças dos estados e, por isso, precisará de uma discussão mais aprofundada.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) advertiu que a proposta trata de um imposto de competência dos estados, “que já estão com as finanças abaladas”.

### Blairo ressalta capacidade dos jovens senadores

Blairo Maggi (PR-MT) disse que, diante das novas tecnologias, a escola assume outra função: a de orientar os jovens na busca de informações e promover a reflexão do conteúdo acessado.

Grças a essa evolução, afirmou o senador, os estudantes são hoje pessoas bem-informadas, com opiniões próprias. Ele citou como exemplo a estudante Nathalia Lima Janones, aluna de escola pública de Cáceres (MT).

Nathalia venceu o Concurso de Redação do Senado de 2014. Ela e outros 26 alunos, um de cada estado e do DF, estiveram na Casa, semana passada, atuando como jovens senadores.

— O que mais nos inspira são as palavras dessa aluna, que traz consigo a sede de uma sociedade mais participativa. Na redação, ela não só elencou falhas nos sistemas públicos, mas propôs soluções — ressaltou Blairo.



Blairo Maggi/Agência Senado

### Mário Couto volta a pedir impeachment de Dilma

Mário Couto (PSDB-PA) apresentou, mais uma vez, pedido de impeachment da presidente da República, Dilma Rousseff. Desta vez, o pedido é fundado em informação de que, em 2009, o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa teria alertado Dilma, então ministra da Casa Civil, sobre as irregularidades na estatal. O pedido deve ser analisado pela Câmara, Casa do Congresso competente para decidir se admite ou não a denúncia contra presidente da República.

Para o senador, o país nunca atravessou período tão conturbado, em que a roubalheira não é contida. Na opinião dele, a corrupção que mina o Brasil ocorre não somente na Petrobras, mas em todas as empresas públicas.

— A Dilma não pode terminar o governo dela. A pátria está acabada, a pátria está surrupiada — declarou.



Mário Couto/Agência Senado

### Sergipe precisa de mais segurança, cobra Amorim

Eduardo Amorim (PSC-SE), que voltou ao Senado depois de quatro meses afastado por causa da disputa ao governo de Sergipe, disse que o estado precisa de mais atenção do governo na saúde, na educação e na segurança pública.

Referindo-se ao setor de segurança, o senador citou dados mostrando que a violência aumentou em Sergipe nos últimos anos. Segundo ele, o *Mapa da Violência* divulgado pelo Ministério da Justiça revela dados preocupantes.

— Levando-se em conta a proporcionalidade, Sergipe ocupa a quarta colocação no ranking da violência no Brasil, com mais de 40 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes. A pesquisa mostra que em 2013 foram registrados 923 crimes letais intencionais, número alarmante, muito acima do ano anterior, quando ocorreram 845 crimes dessa natureza.



Eduardo Amorim/Agência Senado

### Paim celebra pesquisa sobre genética do autismo

Paulo Paim (PT-RS) comemorou a notícia de que pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) deram importantes passos para desvendar o mecanismo genético do autismo, distúrbio caracterizado pela dificuldade de interação social. O material utilizado foi um dente de leite de uma criança autista. A partir desse tecido vivo, foi identificada uma mutação genética que intrigou os cientistas como fator de propensão ao autismo. Também foram apresentadas possíveis drogas para tratamento.

Paim lembrou que os estudos foram feitos por biólogos brasileiros em laboratório das Universidades da Califórnia e de Yale, nos Estados Unidos. O senador lembrou que o autismo é mais comum do que se pensa:

— Segundo a ONU, a incidência é mais comum do que a soma dos casos de aids, câncer e diabetes juntos. No Brasil, estima-se que tenhamos 2 milhões de autistas, mais da metade ainda sem diagnóstico.

# Aprovado prazo para indenização de seguros

Proposta dá 30 dias para seguradoras pagarem benefícios. No caso de exigência de mais informações sobre sinistro, período será suspenso até a apresentação dos documentos

PROJETO QUE FIXA em 30 dias o prazo máximo para as seguradoras pagarem indenizações por morte ou invalidez permanente a segurados ou a beneficiários deles foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Se não for apresentado recurso para votação em Plenário, a matéria segue para a Câmara.

O texto aprovado é um substitutivo de Jayme Campos (DEM-MT), que reduziu para 30 dias o prazo máximo para pagamento das indenizações pelas seguradoras, contados a partir da entrega dos documentos que comprovam a ocorrência do sinistro. O autor do projeto (PLS 179/2011), José Pimentel (PT-CE), previa prazo de 60 dias, mas concordou com a mudança proposta pelo relator.

Segundo Jayme Campos, a legislação em vigor não estabelece prazo para liquidação de sinistro, mas informa que a sugestão feita por ele no substitutivo segue regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), que fixa o prazo em 30 dias.

Ao justificar o projeto, o autor disse serem frequentes as dificuldades de segurados



O autor, Jayme Campos, destaca as frequentes dificuldades enfrentadas por segurados para receber indenizações

e beneficiários de seguros de vida e de acidentes pessoais em receber o que lhes é devido em função da morte do segurado ou de eventos que lhes levam a invalidez permanente.

Pimentel afirma que, além da fragilidade em que se encontram com o luto pela perda do ente querido ou com a angústia da invalidez,

os clientes dessas seguradoras enfrentam exigências desproporcionais e dificuldades para receber a indenização, razão pela qual ele pretende mudar o Decreto-Lei 73/1966, ao qual se subordinam todas as operações de seguro privado do país.

No substitutivo, o relator estabelece que o não paga-

mento da indenização ou do capital segurado no prazo previsto implicará juros de mora conforme regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados. Pimentel havia proposto juros de mora de 1% ao mês sobre o valor da indenização devida, mas prevaleceu regra do conselho, ou seja, correção conforme

percentual previsto em contrato firmado com o segurado ou, caso não haja a previsão, uso do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Jayme Campos também modificou o texto original para explicitar o direito da seguradora de solicitar documentos complementares ao segurado ou beneficiário para comprovação do sinistro. Nesse caso, o prazo para pagamento de indenização será suspenso, voltando a ser contado a partir da entrega da documentação solicitada.

Para o relator, são frequentes os casos em que a seguradora precisa solicitar esclarecimentos complementares para evitar fraudes “como a ocorrência de atos de automutilação, simulação de acidentes e informações falsas”.

Na discussão da proposta, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e o senador Blairo Maggi (PR-MT) manifestaram apoio às medidas propostas no PLS 179/2011, necessárias para garantir os direitos de segurados e beneficiários.

— O seguro, na hora de ser vendido, é fácil, mas quando da execução, é sempre difícil — disse Gleisi.

## Comissão debate Marco Legal das ONGs

A Medida Provisória 658/2014, que adia para julho de 2015 a entrada em vigor do Marco Legal das Organizações Não Governamentais, será tema de audiência pública hoje. O debate foi requerido por Gleisi Hoffmann (PT-PR), relatora da matéria na comissão mista responsável por analisar o assunto. A MP já recebeu 59 emendas.

A MP 658 foi editada a pedido das ONGs e de órgãos do próprio governo, que queriam mais tempo para se adequar às novas regras, previstas inicialmente para entrar em vigor no fim de outubro.

Foram convidados o ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage; o prefeito de Porto

Alegre, José Fortunati; o procurador de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal José Eduardo Paes; e a diretora de Ação Educativa da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), Vera Masagão. Também devem comparecer representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República, do Ministério do Desenvolvimento Social e da Confederação Nacional de Municípios (CNM).

A nova legislação (Lei 13.019/2014) exige que as ONGs participem de processo seletivo (chamada pública) e cumpram várias exigências para firmar convênios com os governos, como comprovada experiência no serviço a ser prestado, ficha limpa e, pelo

menos, três anos de criação. Os órgãos públicos também deverão seguir regras mais rígidas para repassar recursos para as entidades. Não poderão, por exemplo, firmar parcerias com ONGs que tiveram contas rejeitadas nos últimos cinco anos.

A MP estabelece que parcerias entre o setor público e ONGs já em vigor — regidas por normas anteriores ao marco legal — terão que se adaptar à lei se elas forem prorrogadas após julho de 2015.

De acordo com a Abong, em 2010, havia no Brasil 290,7 mil dessas entidades em funcionamento e 18,6% delas atuavam em áreas de políticas públicas de saúde, educação, pesquisa e assistência social.

## Pauta de meio ambiente será votada na próxima semana

O presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), Blairo Maggi (PR-MT), encerrou a reunião da comissão ontem sem a votação de proposições, por falta de quórum. A pauta deve ser votada semana que vem.

O senador homenageou o poeta mato-grossense Manoel de Barros, falecido no dia 13. Autor de 33 obras, o escritor recebeu mais de dez prêmios literários, entre os quais o Prêmio Jabuti de Literatura, por duas vezes.

— Barros trazia consigo a vivência pantaneira e soube, como ninguém, traduzir essa simplicidade em obras literárias. Sua originalidade constava na junção da natureza com

a linguagem — ressaltou.

Blairo destacou também a importância da agricultura familiar para o crescimento da economia do país

— A agricultura familiar gera sete em cada dez empregos no campo e responde por cerca de 40% da produção agrícola. Atualmente, a maior parte dos alimentos na mesa dos brasileiros vem da produção familiar — disse.

### Lixões

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) lembrou proposta aprovada que adiou para 2 de agosto de 2016 a data para o fim dos lixões. A princípio, o prazo seria agosto deste ano.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro

**Segunda-secretária:** Ângela Portella

**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira

**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino

**Suplentes de secretário:**

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich

**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos

**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Marco Antonio Reis

**Diretor-adjunto:** Flávio Faria

**Coordenação de Cobertura:** Nelson Oliveira

**Coordenação de Edição:** Sílvio Burle

**Coordenação de Multimídia:** James Gama

**Site:** www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição:** André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

# Segue para a Câmara incentivo à energia solar

Geração de eletricidade a partir do sol ainda é opção pouco utilizada no Brasil. Isenção permite importação de componentes, desde que não haja equipamento similar nacional

A DESONERAÇÃO DE impostos sobre a importação de equipamentos e componentes para a geração elétrica a partir da energia solar foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O PLS 317/2013, que isenta esses produtos da cobrança de Imposto sobre a Importação, teve aprovação final no colegiado. Agora será encaminhado para votação na Câmara, se não houver recurso para votação no Plenário do Senado.

O autor, senador Ataídes Oliveira (Pros-TO), destacou o aumento da demanda por energia no Brasil, mas afirmou que as tecnologias de utilização de energia fotovoltaica ainda são pouco conhecidas e de raro uso. Segundo ele, as usinas hidrelétricas vêm perdendo espaço na matriz elétrica brasileira e a geração termelétrica passou a ser um recurso mais acionado que o desejável. O resultado seria o aumento da emissão de gases

de efeito estufa na atmosfera.

O relator da proposta, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), apresentou emenda condicionando a isenção à inexistência de equipamento similar nacional. Os senadores Luiz Henrique (PMDB-SC) e Gleisi Hoffmann (PT-PR) destacaram a importância do projeto para o estímulo à geração alternativa de energia.

De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), entre os vários processos de aproveitamento da energia solar, os mais usados atualmente são o aquecimento de água e a geração fotovoltaica de energia elétrica. O primeiro é mais encontrado nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil, devido a características climáticas, e o segundo, nas Regiões Norte e Nordeste, em sistemas isolados da rede de energia elétrica, segundo a agência.

Um estudo da Aneel afirma que os maiores índices de radiação solar são observados



Usina solar localizada no município de Tauá, no sertão do Ceará, tem capacidade para abastecer 1,5 mil famílias

na Região Nordeste, com destaque para o Vale do São Francisco. No entanto, mesmo as regiões com menores índices de incidência de raios de sol apresentam grande potencial de aproveitamento energético.

A Empresa de Pesquisa

Energética (EPE) prevê a construção de mais 31 empreendimentos de energia solar, com o Leilão de Energia de Reserva 2014, feito em 31 de outubro. O leilão atraiu investimentos de R\$ 7,1 bilhões, que serão utilizados também em empre-

endimentos de energia eólica. Esses empreendimentos terão capacidade instalada total de 889,6 MW e os de energia eólica, de 769,1 MW. Rio Grande do Norte e São Paulo foram destaque na oferta de projetos de energia solar.

## Senado celebra 30 anos da UE no Brasil

Os 30 anos de instalação da Delegação da União Europeia (UE) no Brasil foram celebrados ontem no Salão Nobre do Senado. Durante a cerimônia, parlamentares e representantes da delegação ressaltaram a importância das relações comerciais e o potencial de crescimento dos acordos entre o Brasil e os países europeus.

O senador Paulo Paim (PT-RS), representando o presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou que o Brasil está entre os dez principais parceiros da União Europeia. Já o presidente da Frente Parlamentar Brasil-União Europeia, deputado Sebastião Bala Rocha (SD-AP), observou que os acordos firmados têm permitido a transferência de tecnologia, que é incorporada aos contratos de compra de produtos europeus, como caças, submarinos e satélites. A parceria, na avaliação do senador, atende exatamente a área em que o Brasil precisa dar passos largos.

### Parceria

O bloco econômico formado pela União Europeia é o maior parceiro comercial dos brasileiros e responde por quase 50% do investimento estrangeiro feito no Brasil. A informação foi dada pelo chefe da delegação da UE, Ana Paula Zacarias. Ela afirmou que é grande o potencial de crescimento de acordos, em especial nas áreas de ciência e tecnologia, segurança e defesa, combate ao tráfico de pessoas e a drogas, além de



Cerimônia comemora relação: Brasil é um dos 10 maiores parceiros dos europeus

clima e meio ambiente.

Ao destacar a evolução da afinidade entre UE e Brasil, especialmente nessas três décadas de atuação da delegação, Ana Paula informou que já foram concretizados mais de 2,5 mil projetos firmados com governos municipais, estaduais e com a União. Outros 500, especialmente na área de ciência e tecnologia, estão em andamento.

Ana Paula Zacarias contou que uma comissão específica de relacionamento parlamentar entre o bloco e o Brasil foi criada na Europa. Na opinião dela, isso demonstra a importância do país. Ela explicou que a interlocução era feita com a comissão responsável pelo Mercosul.

Durante a celebração dos 30 anos da Delegação da União Europeia, foi lançada a terceira publicação da série *Relações*

*Brasil-Europa*, com artigos sobre o desenvolvimento de uma agenda estratégica entre os brasileiros e o bloco europeu.

*Temas de uma Agenda Estratégica entre Brasil e União Europeia* é o terceiro volume de uma série que analisa as relações entre o Brasil e o bloco europeu, conforme explicou o representante da Fundação Konrad Adenauer, Felix Dane, responsável pela edição. A obra é uma seleção de trabalhos acadêmicos e de publicações sobre o tema.

A edição aborda meio ambiente e direitos humanos, relações econômicas e disputas comerciais entre Brasil e UE na Organização Mundial do Comércio (OMC) e uma análise sobre a possível saída do Reino Unido do Bloco.

Leia *Relações Brasil-Europa* — Vol. 3: <http://bit.ly/BrasilEuropa3>

## Avança novo limite ao ICMS de microempresas

Os produtos ou mercadorias sujeitos à substituição tributária, quando adquiridos por microempresa ou empresa de pequeno porte enquadrada no Simples Nacional, poderão ter o ICMS calculado à alíquota de 3,95%. A medida é prevista no PLS 201/2013, de Roberto Requião (PMDB-PR), aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A substituição tributária é um regime de arrecadação que obriga um contribuinte a pagar o tributo devido por seus clientes ao longo da cadeia de comercialização.

Relatada pela senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), a proposta institui uma nova hipótese de restituição do ICMS. Hoje, a Lei Kandir já assegura a esses contribuintes o direito à restituição de valor quando o fato gerador presumido (a venda) não se realizar. O PLS 201/2013 prevê a compensação também quando a venda se der com base de cálculo inferior à estimada pela admi-

nistração tributária estadual.

Segundo a relatora, a Lei Complementar 147/2014 atendeu diversas reivindicações do segmento empresarial quanto à substituição tributária, como a separação das receitas decorrentes da venda de mercadorias submetidas a esse regime para fins de cálculo do ICMS. Para ela, é uma solução adequada, mas não suficiente.

Esse dispositivo legal, na avaliação de Gleisi Hoffmann, “não estabeleceu limites à imposição tributária severa aos micros e pequenos empresários”, lacuna preenchida pelo projeto de Requião.

Durante a discussão da matéria, Eduardo Suplicy (PT-SP) chegou a pedir vista, mas acabou cedendo a um apelo da relatora para aprovar a matéria e deixar eventual alteração para emenda de Plenário.

Antes de seguir para o Plenário, o projeto deverá ser votado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).



A proposta, de Roberto Requião, institui nova hipótese de restituição do ICMS

# Sindicatos defendem licença classista paga para servidor

Afastamento remunerado para servidores federais foi debatido em audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais. Sindicalistas querem direito à licença paga, mas governo alega que custo é alto

LÍDERES SINDICAIS DO serviço público federal pediram a derrubada do veto da presidente Dilma Rousseff à proposta de licença classista remunerada incluída na Medida Provisória 632/2013, aprovada em maio pelo Congresso.

Os servidores querem a liberação de ponto e o pagamento das lideranças por conta do governo conforme o tamanho da entidade da qual fazem parte. Atualmente a licença é sem vencimento e o salário do sindicalista é bancado pelo próprio sindicato. O assunto foi debatido em audiência pública presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ontem.

Originalmente, a medida tratava de reajuste salarial a carreiras do Executivo, mas o deputado Vicentinho (PT-SP) conseguiu aprovar uma emenda para garantir o mandato classista remunerado pelos cofres públicos. Pela proposta, os sindicatos com até 5 mil associados podem contar com dois servidores; os que têm de 5.001 a 30 mil associados, com quatro; e as entidades maiores, com mais de 30 mil integrantes, podem ter até oito representantes.

A presidente Dilma alegou

que a licença classista remunerada representa um custo de R\$ 147 milhões, argumento que foi contestado pelos participantes da audiência pública. Eles informaram ainda que a maioria dos estados já concede aos servidores o direito de licença remunerada.

— A demanda é antiga e não se trata de ônus, tampouco privilégio, mas um direito dos trabalhadores. Além disso, a repercussão financeira não é tão alta assim — defendeu o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado, Roberto Kupski.

## Audidores-fiscais

Para o vice-presidente de Assuntos Parlamentares da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, Floriano Martins de Sá Neto, o veto presidencial foi “além do necessário e não precisaria ter ocorrido”:

— Não se faz serviço público sem servidor público capacitado e bem representado. O governo precisa dar uma sinalização se quer ou não resolver o problema; se quer ou não dar ao servidor público a condição no mínimo análoga à dos trabalhadores da iniciativa privada — cobrou.

Já o representante do Sindicato dos Auditores-Fiscais, Célio Diniz Rocha, alertou para o fato de a Constituição prever a livre associação sindical. Todavia, na opinião dele, o direito vira “letra morta” quando o governo enfraquece as entidades de classe:

— E uma das formas de enfraquecê-las é quebrando seu sustento financeiro. Quando corta o salário do dirigente sindical, o governo enfraquece a instituição — afirmou.

Representando o governo, o assessor do Ministério do Planejamento Vladimir Nepomuceno contestou as alegações, dizendo que o Executivo não se furta a pagar, mas que quer discutir melhores critérios.

Ele pediu cautela e disse que qualquer coisa que se faça para o servidor federal refletirá diretamente nos estados e municípios.

— Temos que tomar muito cuidado com o que escrevemos, porque repercute nos estados e nos municípios. Nós temos que envolver servidores estaduais e municipais e fazer um trabalho muito grande — afirmou.

Também participou da audiência o presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, Daro Piffer.



Cyro Miranda presidiu a aprovação do texto sobre o piso dos professores

## Mudança legal pode viabilizar piso nacional de professores

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem o Projeto de Lei do Senado (PLS) 14/2013 — Complementar, que tem a finalidade de excluir dos limites de gastos com pessoal, em todas as esferas de governo, as despesas com pagamento do piso salarial dos professores que venham de transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O projeto seguirá agora para análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Depois irá ao Plenário do Senado, para decisão final.

O texto, proposto por Eunício Oliveira (PMDB-CE), altera dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Lei Complementar 101/2000. O autor argumenta que muitos municípios e alguns estados enfrentam grandes dificuldades para cumprir, simultaneamente, a exigência da LRF sobre limite de gastos com servidores e a norma da lei do piso salarial dos professores (Lei 11.494/2007), que determina aumento anual da remuneração desses profissionais.

“Talvez não seja esta a solução definitiva da questão, mas estamos convencidos de que a adoção dessa medida contribuirá, ao menos por um bom período, para viabilizar o pagamento dos aumentos salariais dos professores sem que isso venha implicar desrespeito aos preceitos da responsabilidade fiscal”, observa o autor na justificativa.

O relator, Valdir Raupp (PMDB-RR), apresentou relatório favorável, acentuando que o aumento da demanda potencial por educação exige contratação de novos professores e funcionários nas escolas. Salienta ainda que, “para completar, tanto o Plano Nacional de Educação quanto os clamores da sociedade, exigem a melhoria salarial dos profissionais da educação”.

Raupp lembra, no relatório, que o ato que regulamenta o Fundeb exige que pelo menos 60% dos recursos de cada fundo sejam aplicados em pagamento dos profissionais do magistério em exercício. Com as regras atuais da LRF, observa, “mesmo que tivessem arrecadação e receita, os gestores dos estados e municípios estariam, na prática, impedidos pela vigilância do Ministério da Fazenda de cumprir a Lei do Fundeb e de responder aos fatos”.

## Psicofobia

A CE aprovou ainda a realização de audiência pública para instruir o exame de projeto que institui o Dia Nacional de Enfrentamento à Psicofobia. O termo se refere ao preconceito contra os portadores de transtornos e deficiência mentais.

A proposta (PLS 263/2014) foi apresentada por Paulo Davim (PV-RN). A audiência foi solicitada por Paulo Paim (PT-RS), que é o relator do projeto na CE. Entre os convidados para o debate, estão representantes do Ministério da Saúde e da Associação Brasileira de Psiquiatria.



Paulo Paim (ao microfone) preside audiência sobre mandato classista de servidores federais com manutenção de salário

## Comissão de Inteligência cancela reunião por falta de quórum

A reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) marcada para ontem foi cancelada por falta de quórum. Agendada para as 16h, a reunião coincidiu com a sessão do Congresso convocada para as 15h e acabou esvaziada. Uma nova data ainda será estabelecida pela presidência da comissão.

O projeto (PLS 433/2013) que torna obrigatória e gratuita a identificação do código de acesso originador das cha-

madas telefônicas é um dos que constavam da pauta. O objetivo da proposta é evitar a prática de crimes por meio das redes de telefonia e coibir abusos nas práticas dos serviços de telemarketing e de cobranças.

Os requerimentos que seriam votados permanecem na pauta para o próximo encontro. Eles consistem na convocação de autoridades para prestação de esclarecimentos e na realização de uma audi-

ência pública. O presidente da comissão, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), está em missão oficial do Senado nos Emirados Árabes Unidos até o início de dezembro.

Dois dos requerimentos, de autoria do deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), pedem explicações de Wilson Trezza, diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), e de José Elito Siqueira, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional

da Presidência da República.

Eles são instados a prestar informações a respeito de suposto acordo firmado em outubro entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o ministro do Poder Popular para Comunidades e Movimentos Sociais da Venezuela, Elias Jauá, para “fortalecer o que é fundamental em uma revolução socialista”. A notícia foi divulgada pela imprensa brasileira no início do mês.

Um terceiro requerimento na pauta da comissão, de Ricardo Ferraço, propõe audiência pública para debater os resultados da CPI da Espionagem, de 2013.

A CPI foi instalada a partir de denúncias de espionagem americana no Brasil, divulgadas pelo ex-funcionário da agência de segurança americana (NSA) Edward Snowden, e constatou a vulnerabilidade do país diante da espionagem estrangeira.